


A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

The influence of neoliberalism on public education: valorization of human capital

Guaraci Eterna de Rezende¹
Maria Luiza Gomes Vasconcelos² 

¹Graduação em Geografia pela Universidade Católica de Goiás (2004). Mestranda em Educação no Centro Universitário Mais – UNIMAIS (2024). Professora efetiva da Educação Básica do Estado de Goiás.

E-mail: guaraci.rezende@seduc.go.gov.br;

²Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC (2015), Mestra em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás – UFG (2007), Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa e Docente Colaboradora no Centro Universitário Mais – UNIMAIS. Professora da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – SEDUC-GO.

E-mail: maria@facmais.edu.br.

Revista Educação em Contexto

Secretaria de Estado da Educação

de Goiás - SEDUC-GO

ISSN 2764-8982

Periodicidade: Semestral.

v. 3 n. 2, 2024.

educacaoemcontexto@seduc.go.gov.br

Recebido em: 20/08/2024

Aprovado em: 17/10/2024

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14187966>

Resumo

Este artigo investiga o impacto do neoliberalismo na educação pública do Brasil, com foco na valorização do capital humano. Analisa-se como as políticas neoliberais moldam a educação, promovendo uma visão na qual a formação individual está intrinsecamente ligada à lógica do mercado. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e revisão bibliográfica, considerando diversas fontes, como Laval (2004), Libanêo (2019), Oliveira e Paoli (1999) e Marrach (1996), para examinar essa dinâmica. Os resultados indicam que, apesar de um aumento na taxa de conclusão do ensino médio em algumas regiões, as práticas neoliberais priorizam o crescimento econômico e a adaptação ao mercado de trabalho, perpetuando desigualdades sociais e resultando em uma força de trabalho precarizada. Conclui-se que, embora o discurso neoliberal enfatize a busca por qualidade educacional, suas consequências frequentemente acentuam as disparidades existentes.

Palavras - chave: Neoliberalismo. Políticas Educacionais. Capital Humano.

Abstract

This article investigates the impact of neoliberalism on public education in Brazil, focusing on the valorization of human capital. It analyzes how neoliberal policies shape education, promoting a view in which individual formation is intrinsically linked to market logic. The research adopts a qualitative approach and literature review, considering various sources such as Laval (2004), Libanêo (2019), Oliveira and Paoli (1999), and Marrach (1996) to examine this dynamic. The results indicate that, despite an increase in high school graduation rates in some regions, neoliberal practices prioritize economic growth and adaptation to the labor market, perpetuating social inequalities and resulting in a precarious workforce. It concludes that, although the neoliberal discourse emphasizes the pursuit of educational quality, its consequences often exacerbate existing disparities.

Keywords: Neoliberalism. Educational Policies. Human Capital.

INTRODUÇÃO

A educação pública no Brasil é cada vez mais vista como um meio de ascensão econômica e social, abrindo portas para o mercado de trabalho brasileiro. Essa visão é fundamentada nas ideias neoliberais, que enfatizam a valorização do capital humano na formação dos indivíduos. As políticas educacionais baseadas nesse viés neoliberal propagam ações que promovem novas concepções educacionais alinhadas aos interesses de uma sociedade capitalista (LIBÂNEO; FREITAS, 2018). No entanto, esse processo também introduz um discurso de desigualdade, responsabilizando o estudante pelo seu próprio sucesso ou fracasso.

Nesse cenário, surge a pergunta de como o neoliberalismo influencia a educação pública no Brasil, particularmente por intermédio de sua ideologia de valorização do capital humano. Este artigo se propõe a abordar essa questão, analisando os processos econômicos e sociais que moldam as políticas educacionais sob a orientação neoliberal.

Os objetivos específicos deste estudo são examinar a influência do neoliberalismo na educação pública com foco em Goiás; apresentar as políticas de acesso à educação; e discutir como a educação pública, sob a influência neoliberal, está vinculada à valorização do capital humano.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, utilizando dois livros de referência: *A Escola Não é uma Empresa*, de Laval (2004), e *Políticas Educacionais Neoliberais e Escola Pública: Uma Qualidade Restrita de Educação Escolar*, de Libâneo e Freitas (2018). Além disso, foram realizadas buscas de artigos acadêmicos nas bases de dados *Scielo* e *Google Acadêmico*.

Os termos de busca em português incluíram “Neoliberalismo na Educação”, abrangendo o período de 1996 a 2022, que resultou em 19.200 artigos,

dos quais foram considerados três para a pesquisa. O segundo termo, “Ensino Médio”, referiu-se ao período de 2017 a 2022, totalizando 5.890 artigos, sendo utilizados dois. O terceiro termo, relacionado ao “Consenso de Washington”, apresentou 46.600 artigos, dos quais apenas um foi considerado relevante para este estudo.

A estratégia de busca abrangeu livros e artigos científicos, visando compreender a influência do neoliberalismo na educação pública. Este artigo está estruturado em três seções: na primeira, discute-se a influência do neoliberalismo na educação pública no Brasil, analisando as transformações ocorridas no processo educacional em conformidade com as normas e diretrizes estabelecidas por organismos internacionais. A segunda seção aborda as políticas de acesso à educação no Brasil, com foco no Documento Curricular de Goiás - Etapa Ensino Médio (DC-GOEM) e nas políticas públicas educacionais. Observa-se que as instituições públicas do país têm sido moldadas pela lógica neoliberal, gradualmente se afastando do ensino estabelecido constitucionalmente. Por fim, a terceira seção explora a educação pública brasileira sob a influência neoliberal, destacando a valorização do capital humano e discutindo os pressupostos teóricos que sustentam essa abordagem. É discutida a ilusão inicial de preparação profissional, em um sistema educacional complexo que pode levar a frustrações ou sucesso, dependendo das escolhas individuais diante do novo contexto político e econômico.

A relevância deste estudo reside na sua contribuição para a compreensão da educação pública no Brasil e suas políticas neoliberais, fornecendo contribuições importantes para pesquisadores e acadêmicos interessados no tema.

A influência do neoliberalismo na educação pública do Brasil

Em 1989, nos Estados Unidos, foi criado o Consenso de Washington, uma recomendação internacional que promove políticas econômicas neoliberais. Esse consenso delineou uma série de medidas voltadas para o desenvolvimento econômico de diversos países, priorizando a redução da intervenção estatal e o fortalecimento da regulação do mercado. A partir dos anos 1990, o Brasil, sob a liderança do governo federal e com o apoio de alguns governos estaduais e municipais, além das elites empresariais, começou a adotar gradualmente essas diretrizes neoliberais (SILVA, 2005). As influências internacionais, juntamente com os avanços tecnológicos e de desenvolvimento, colocaram o Brasil diante de sérios problemas econômicos, especialmente em relação à inflação. Em resposta a esses desafios, o país precisou implementar medidas de políticas neoliberais.

O Brasil consolidou sua adesão ao neoliberalismo durante o início do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), que posteriormente sofreu *impeachment* em razão de acusações de corrupção, sendo sucedido pelo presidente Itamar Franco (1992-1995). Um dos grandes desafios durante o mandato de Itamar Franco foi estabilizar a economia e controlar a inflação. Para enfrentar essas complexidades, ele nomeou o senador Fernando Henrique Cardoso para assumir o Ministério da Fazenda. Com o auxílio de uma equipe de economistas, Cardoso implementou o Plano Real, que resolveu os problemas econômicos do país (LIMA, 2017).

O contexto neoliberal também influenciou as políticas educacionais no Brasil, com o objetivo de oferecer um ensino de qualidade alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que regula a

educação básica. No entanto, esse documento normativo reflete os interesses capitalistas e neoliberais, sendo influenciado por documentos internacionais e incorporando princípios que facilitam o processo educativo, mas também introduzem uma essência que favorece a gestão privatizada dos serviços educacionais (MARRACH, 1996).

Desde então, os reflexos na elaboração da BNCC sinalizaram uma mudança na educação no Brasil, resultando em uma diminuição da intervenção do Estado na economia e abrindo espaço para uma maior participação empresarial nas decisões educacionais do país. Essas transformações introduziram propostas que estabeleceram um modelo educacional mais alinhado com padrões internacionais, refletindo os interesses neoliberais. Nesse contexto, Ferretti (2018), descreve que a BNCC e a reforma do Ensino Médio no Brasil têm como objetivo não apenas o desenvolvimento das competências cognitivas dos estudantes, mas também a formação de habilidades socioemocionais. Essa abordagem busca assegurar que a força de trabalho esteja preparada para se adaptar às novas demandas do capital, tanto no setor de produção quanto nos serviços. Ao enfatizar a sociabilidade e as interações interpessoais, essas políticas educacionais promovem uma formação mais holística, alinhando-se às exigências do mercado e preparando os jovens para os desafios de um ambiente profissional em constante transformação.

Conforme Libâneo (2019, p. 7), “[...] as finalidades e políticas educacionais se concretizam nas diretrizes curriculares, estas, por sua vez, determinantes do funcionamento das escolas e do trabalho dos professores”. Isso significa que a estrutura básica da educação estabelece um padrão comum de aprendizado, ao qual a sociedade precisa se adaptar para atender às exigências educacionais, tornando a

concorrência um aspecto natural nessa ideologia de mercado, que cada vez mais demanda uma mão de obra especializada e flexível.

Em consonância com o pensamento de Oliveira e Paoli (1999, p. 48), a ação humana é influenciada pelo neoliberalismo, visto que

[...] os imperativos do mercado são racionais e que, por si mesmos, são capazes de organizar a vida econômica, social e política introduz a ideia de competição e competitividade como solo intransponível das relações sociais, políticas e individuais. Desta maneira transforma a violência econômica em paradigma e ideal da ação humana.

Dessa forma, essa lógica de mercado não apenas molda as interações entre indivíduos e instituições, mas também transforma a violência econômica em um paradigma e ideal da ação humana. Nesse contexto, a educação se torna um campo de luta onde as práticas e políticas neoliberais tendem a priorizar a formação de indivíduos que se ajustam a esse modelo, fomentando uma cultura de competitividade e adaptação às exigências do mercado. Essa perspectiva limita a possibilidade de uma educação crítica e emancipatória, comprometida com a formação integral dos cidadãos, que deveriam ser capacitados para questionar e transformar suas realidades. Assim, é essencial refletir sobre os impactos dessa lógica na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, que valorize não apenas o capital econômico, mas também as dimensões sociais e humanas do aprendizado.

As influências neoliberais na educação têm efeitos que se manifestam de diversas formas, destacando-se a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, o que limita sua capacidade de se tornar um sujeito crítico. Além disso, há a influência do neoliberalismo na estrutura educacional, onde a

manutenção dos serviços básicos é delegada a uma forma de gestão liderada por iniciativas dos sistemas de ensino, com pouca participação econômica do Estado e maior envolvimento do setor privado (MENEZES, 2001).

Em última análise, os serviços básicos da educação deixam de ser exclusivamente responsabilidade do governo, com o setor privado assumindo parte dos padrões educacionais como parceiro. A SEDUC-GO, por exemplo, tem uma parceria com o Instituto Unibanco, que fornece metodologias e instrumentos para melhorar a aprendizagem dos estudantes. É importante destacar que as ideias neoliberais no setor educacional estão fortemente presentes e consolidadas, com parcerias privadas desempenhando um papel significativo nos serviços básicos que impulsionam a educação. Sobre isso,

O Jovem de Futuro completa uma década de parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc-GO) em 2022, comemorando importantes avanços na educação no Estado. Uma iniciativa do Instituto Unibanco, o programa visa melhorar a aprendizagem dos estudantes do Ensino Médio e sua permanência na escola por meio da gestão educacional orientada para o avanço contínuo da educação pública (Instituto Unibanco, 2022).

Ao mencionar parcerias privadas, destaca-se a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada durante uma Conferência Mundial realizada na Tailândia em 1990. Seu objetivo era estabelecer um plano de ação para atender às necessidades básicas de aprendizagem, fortalecendo as alianças entre diferentes atores. Conforme o artigo 7 deste documento:

[...] Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os níveis: entre todos os subsetores e

formas de educação, reconhecendo o papel especial dos professores, dos administradores e do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo, incluindo os de planejamento, finanças, trabalho, comunicações, e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias. É particularmente importante reconhecer o papel vital dos educadores e das famílias. [...] (UNESCO, 1990, p. 5-6).

Ao participar da Conferência Mundial na Tailândia, o Brasil adotou a noção de competências como parte do Plano Decenal de Educação para Todos. A partir disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram elaborados com conceitos orientadores. Libâneo e Freitas (2018, p. 52) observam que esse evento enfatizou a “[...] defesa da qualidade da educação na perspectiva econômica e começou a influenciar políticas educacionais e planos nacionais de educação”.

Além disso, o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um “direito de todos e dever do Estado e da família, [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Portanto, o Ministério da Educação (MEC), as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação têm a responsabilidade de conduzir políticas públicas para cumprir a lei do país e atender às demandas neoliberais, que surgiram a partir da Conferência na Tailândia.

As políticas educacionais foram fortemente influenciadas pelo Banco Mundial (BM), que promoveu ideias neoliberais e concedeu empréstimos para a Educação Básica na América Latina. O BM estabeleceu orientações para a regulação educacional, incluindo financiamento per capita, avaliação sistêmica e gestão local (MANKIW, 2013).

Essa regulamentação educacional teve como objetivo reforçar a formação de “mão de obra” para atender às demandas do mercado no Brasil, visando aumentar a produtividade e reduzir a pobreza. Embora tenha havido transformações na educação, a ideologia neoliberal está claramente presente, com um papel fundamental no desenvolvimento da economia, adaptando os trabalhadores às flutuações econômicas do sistema capitalista (SIMÕES, 2017).

Outro aspecto importante é a reforma educacional brasileira, alinhada ao neoliberalismo, que resultou na criação de várias políticas públicas, incluindo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDEB) e o Programa Universidade para Todos (Prouni).

A Lei nº 9394/1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN) foi promulgada como principal mecanismo de implementação, buscando garantir um sistema educacional de qualidade e reduzir as desigualdades. Seu artigo 9º visa orientar os currículos educacionais dos estados e municípios de todo o Brasil, garantindo o direito à aprendizagem para todos os alunos (BRASIL, 1996).

A BNCC foi criada fundamentada em documentos oficiais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9394/1996 e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), visando fornecer um conjunto progressivo de aprendizagens, habilidades e conhecimentos para todos os estudantes (BRASIL, 2018).

Essas medidas mostram que as políticas educacionais no Brasil visam garantir o direito de todos à educação de qualidade, mas essa concepção é influenciada por organismos internacionais. Assim, o modelo neoliberal imposto aos parâmetros educacionais é apresentado como solução para as disparidades existentes, visando atender às demandas de um mercado cada vez mais competitivo.

Laval (2004, p. 3) destaca que “a competitividade econômica é também a competitividade do sistema educacional”. Portanto, o mercado exige sujeitos flexíveis, criativos e com conhecimentos específicos, investindo na educação para promover o capital humano necessário para impulsionar a economia.

Em síntese, o sistema educacional brasileiro abraçou princípios neoliberais, claramente refletidos na regulamentação do DC-GOEM, que está em conformidade com a BNCC. Esse alinhamento evidencia uma estratégia para moldar a educação de acordo com as exigências do mercado, promovendo políticas públicas que priorizam a formação de um capital humano adaptado às necessidades econômicas regionais.

A BNCC e o DC-GOEM destacam a flexibilidade e a adaptabilidade no ensino, enfatizando o desenvolvimento de habilidades e competências que respondem diretamente a demandas do mercado de trabalho. Essas diretrizes visam criar uma força de trabalho não apenas qualificada, mas também ágil, capaz de se adequar às mudanças rápidas e contínuas do cenário econômico, solidificando a agenda neoliberal no âmbito educacional.

A APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DC-GOEM

O Documento Curricular de Goiás para o Ensino Médio (DC-GOEM) foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE-GO). Esse documento apresenta metodologias, princípios e componentes curriculares para um novo sistema de Ensino Médio nas instituições públicas e privadas do estado de Goiás, prevendo 17 itinerários formativos. Esses itinerários abrangem Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Educação Profissio-

nal e Tecnológica (EPT), e integrações entre áreas do conhecimento, visando fortalecer a aprendizagem dos alunos de acordo com seus interesses.

O texto do DC-GOEM foi elaborado a partir de um estudo abrangente sobre o Ensino Médio no Brasil e no estado de Goiás. A ideologia vigente no país requer indivíduos preparados, com características que se adaptem rápida e eficientemente ao mercado de trabalho. Por isso, a educação é alvo das políticas públicas brasileiras, visando preparar indivíduos para suprir as necessidades do comércio e promover o crescimento econômico, com currículos adaptados aos moldes neoliberais.

Conforme destaca Laval (2004, p. 13), há razões ideológicas para que “a escola seja cada vez mais vista como uma empresa entre outras, compelida a seguir a evolução econômica e a obedecer às restrições do mercado”. Essa perspectiva implica que o DC-GOEM busca alinhar-se às demandas do mercado de trabalho, preparando indivíduos com as características necessárias para formar o capital humano exigido na contemporaneidade.

O Ensino Médio, portanto, acaba tornando-se um desafio, sobretudo na sociedade contemporânea neoliberal, de capital global e mundializado, caracterizada por uma reestruturação econômico-produtiva de altos impactos socioambientais, de rápidas transformações no mundo do trabalho, de notáveis avanços nos campos científico, tecnológico e digital, principalmente nos meios de informação e/ou comunicação. (GOIÁS, 2021a).

Neste contexto, observa os desafios significativos impostos pela dinâmica econômica global e as transformações aceleradas no mundo do trabalho. Deste modo, o cenário exige uma adaptação constante da educação, que se vê pressionada a atender às demandas do mercado e formar indivíduos aptos a se inserir nesse ambiente em constante mudança.

A relevância dessa discussão torna-se ainda mais evidente quando consideramos a BNCC, que visa estabelecer direitos de aprendizagem para todos os alunos no Brasil. Ao questionar a importância dessa política pública e suas implicações para a educação em Goiás, observamos que a Secretaria de Estado da Educação (Seduc-GO) tem buscado alinhar seus currículos à BNCC. Essa iniciativa é um passo crucial para garantir que o Ensino Médio não apenas enfrente os desafios contemporâneos, mas também prepare os estudantes de forma mais integral para as exigências do futuro.

O Ensino Médio, portanto, vem a ser um desafio, sobretudo na sociedade contemporânea neoliberal, de capital global e mundializado, caracterizada por uma reestruturação econômico-produtiva de altos impactos socioambientais, de rápidas transformações no mundo do trabalho, de notáveis avanços nos campos científico, tecnológico e digital, principalmente nos meios de informação e comunicação (GOIÁS, 2021a).

Ao investir no capital humano por meio das políticas públicas educacionais, a educação passa a ser relacionada ao desenvolvimento econômico, reforçando a necessidade associada às vontades políticas expressas no DC-GOEM. A Lei nº 13.415/2017 estabeleceu mudanças no Ensino Médio, ampliando a carga horária e tornando o currículo mais flexível, permitindo que os estudantes escolham os itinerários formativos, aprofundando conhecimentos em áreas específicas e na formação técnica e profissional (BRASIL, 2017).

A BNCC também propõe dez competências gerais a serem trabalhadas nos currículos com temas contemporâneos transversais, protagonismo juvenil, formação integral e interdisciplinaridade. A implementação do novo Ensino Médio em Goiás começou em 2022, com a preparação de docentes mediante políticas públicas do estado e do Ministé-

rio da Educação, que incluem o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2021.

O PNLD/2021 é organizado em torno de cinco objetos: Projetos Integradores, Obras por áreas de conhecimento, Obras de formação continuada, Recursos digitais via plataforma e Obras literárias, disponibilizados gradativamente (BRASIL, 2021). A organização e distribuição dessas escolhas são baseadas em análises e adoção das obras didáticas, todas alinhadas à BNCC para o Ensino Médio, com ações de formação dos professores realizadas nas escolas para prepará-los conforme as exigências do novo modelo de ensino.

O DCGO-EM é composto por duas partes indissociáveis: Formação Geral Básica (FGB) e Itinerários Formativos (IFs). A FGB tem uma carga horária máxima de 1.800 horas, conforme definido pela BNCC, enquanto os IFs somam 1.200 horas, permitindo que os estudantes escolham conforme seus interesses e projetos de vida. As unidades escolares devem oferecer, no mínimo, dois IFs, considerando as quatro áreas do conhecimento e a formação técnica e profissional (GOIÁS, 2021a, p. 44).

Com essas mudanças, o estudante assume o protagonismo ao definir seu próprio caminho profissional, respeitando as diretrizes da BNCC (BRASIL, 2019). A Resolução CEE nº 07/2021, do Conselho Estadual de Educação de Goiás, aprovou o Documento Curricular para o Ensino Médio, considerando as necessidades específicas da educação básica no estado. Além dos princípios que regem o sistema educacional de Goiás, foi adotado o Projeto de Vida (PV), que atende a metas e objetivos específicos, baseados em valores ou habilidades pessoais (GOIÁS, 2021b).

O PV visa dar sentido e significado ao estudante do Ensino Médio, direcionando-o para encontrar um planejamento, reconhecimento, sonhar com seu futu-

ro e estar preparado para o mundo após essa etapa de ensino. Em tese, o PV é uma atividade pedagógica abordada como componente curricular em todas as etapas de ensino, articulando todas as áreas do conhecimento e promovendo o protagonismo juvenil.

As concepções que direcionam o DCGO-EM apoiam-se na educação integral e na construção do PV do estudante, objetivando promover uma formação geral indispensável ao exercício da cidadania e à inserção no mundo do trabalho. Essas concepções dialogam com a diversidade de expectativas dos jovens, suas demandas sociais e objetivos de aprendizagem contextualizados, desenvolvendo autonomia intelectual e pensamento crítico (GOIÁS, 2021a, p. 58).

O PV inserido no DCGO-EM contempla três dimensões essenciais para o Ensino Médio: a dimensão pessoal, desenvolvendo autoconhecimento, autocontrole e autoconfiança; a dimensão social, destacando competências e habilidades para interação social; e a dimensão da formação profissional, promovendo a continuidade dos estudos e redes profissionais. Essas dimensões visam uma formação geral que permita aos estudantes exercer a cidadania e se inserir no mundo do trabalho.

A ampliação da carga horária para a flexibilização curricular foi necessária para que os alunos possam escolher seus projetos de vida e anseios, além de implementar os IFs, que relacionam conhecimentos específicos, competências e habilidades de uma única área ou integradas (BRASIL, 2019). Os IFs são oferecidos considerando a realidade da comunidade local, os anseios da comunidade escolar e os recursos disponíveis, proporcionando aos estudantes efetivas possibilidades de construção e desenvolvimento de seus projetos de vida.

Os IFs no DC-GOEM são organizados em quatro eixos estruturantes: Investigação Científica, Em-

preendedorismo, Processos Criativos e Mediação e Intervenção Sociocultural. Esses eixos promovem a formação integral dos estudantes, preparando-os para o protagonismo e para enfrentar as demandas do mercado de trabalho.

A educação no ensino médio assume uma posição privilegiada para auxiliar os jovens no desenvolvimento de seu protagonismo e para atender às necessidades de formação geral, indispensáveis ao exercício da cidadania e à inserção no mundo do trabalho. Esse desafio exige um modelo de ensino médio comprometido com a educação integral dos estudantes e com a construção de seu PV (GOIÁS, 2021a, p. 66).

Essa concepção do currículo de Goiás destaca a importância das habilidades relacionadas ao autoconhecimento, empreendedorismo e PV. Essas habilidades são fundamentais para que os jovens reflitam sobre seus objetivos, identifiquem oportunidades e aspirações, e se preparem para o mercado de trabalho, alinhando-se à ideologia neoliberal.

Portanto, o papel da educação é primordial para a manutenção do sistema que prepara indivíduos aptos ao mercado de trabalho, incentivando-os a buscar o máximo de si mesmos e gerando concorrência.

As avaliações externas, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), são instrumentos fundamentais na elaboração de políticas públicas educacionais no Brasil, visando garantir a permanência dos estudantes nas instituições e a qualidade da aprendizagem. Essas políticas públicas educacionais são aplicadas conforme as exigências do sistema ideológico, estabelecendo uma educação que promove indivíduos “bem-sucedidos” e empreendedores, valorizando o capital humano.

Gonçalves (2017, p. 471) ressalta que “as pessoas vivem sob a lógica neoliberal, na qual os serviços públicos e as políticas sociais tornam-se oportuni-

dades de negócio. Assim, a lógica do mercado se insere no campo da educação para que possa funcionar à sua semelhança”. Sob essa perspectiva, a educação deve preparar indivíduos para o mercado de trabalho, incentivando-os a buscar o máximo de si mesmos e gerando concorrência, mas é necessário avaliar as implicações dessa valorização do capital humano na escola pública.

A educação pública do Brasil sob a influência neoliberal e a valorização do capital humano

Atualmente, a educação pública no Brasil está profundamente influenciada pela valorização do capital humano, com o objetivo de preparar indivíduos para o mercado de trabalho. Nesse contexto, Libâneo e Freitas (2018), discorrem sobre o controle externo do cumprimento das finalidades de formação de capital humano se torna uma preocupação central.

[...] meio pelo qual se opera o controle externo do cumprimento das finalidades de formação de capital humano. Dentro do consenso neoliberal, a escola tornou-se lugar de aplicação de estratégias formativas com finalidades utilitárias: desenvolver competências para obtenção de lugar no mercado de trabalho e propiciar formas de socialização para adaptação ao contexto da globalização competitiva (LIBÂNEO; FREITAS, 2018, p. 27).

Esses indivíduos devem possuir características que não apenas atendam às necessidades econômicas, mas que também contribuam para o crescimento, fortalecimento e manutenção da economia do país. Ao longo dos anos, políticas neoliberais foram implantadas com o intuito de incentivar o mérito individual, promovendo a ideia de que o sucesso

depende do desempenho pessoal dentro do sistema. Assim, as pessoas são encorajadas a adquirir conhecimentos e bens, acreditando que, por meio de sua capacidade, poderão conquistar um lugar de destaque, tornar-se independentes e alcançar a liberdade.

Observa-se que, ao longo de sua vida, o indivíduo recebe educação não formal; entretanto, ao ingressar na educação formal, começa a absorver novas habilidades, conhecimentos e características que contribuem para a valorização do capital humano. Alguns indivíduos se destacam na concorrência, enquanto outros não conseguem sobressair (SILVA, 2005). Sob a égide do neoliberalismo, perpetua-se a crença de que o indivíduo é o único responsável por seu desempenho e crescimento, gerando uma necessidade constante de evolução e, conseqüentemente, uma sensação de merecimento por suas conquistas. Isso ignora o valor imposto pelo próprio sistema econômico, que requer que o indivíduo seja cada vez mais competitivo.

Ao referir-se ao sistema neoliberal, nota-se a valorização do capital humano com características fundamentais que tornam o sujeito um trabalhador ideal no país. Segundo Laval (2004), o indivíduo flexível e autônomo é visto como referência para a educação, em que a escola trabalha para desenvolver essas características, preparando-o para o mercado de trabalho e fomentando sua capacidade de competitividade por meio de avaliações internas e externas. O aluno com melhor desempenho e inteligência é, assim, valorizado pela escola.

É importante notar, como destaca Laval (2004, p. 4), que “[...] a inteligência valorizada pela educação, em outros termos, o ‘capital humano’ [...]” deixa claro que a educação está sujeita à lógica do sistema econômico. O currículo trabalhado na rede de ensino foi adaptado para atender às demandas econômicas do país, adequando o indivíduo ao sistema de mercado. Exemplo disso é a reforma do

Novo Ensino Médio em Goiás, que estabeleceu mudanças para alinhar as propostas curriculares aos interesses mercadológicos, preparando os alunos para o mercado de trabalho conforme as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Esses discursos levam Laval (2004) a expressar que a escola se adapta ao sistema atual, preparando o aluno para ser um trabalhador flexível e autônomo, apto a utilizar tecnologias e integrado ao sistema de produção, conforme as necessidades da função exercida. O mercado, instável por natureza, necessita de profissionais adaptáveis, capazes de lidar com situações problemáticas e mudar de função ao longo da vida, necessitando, portanto, de características que os tornem aptos a mudanças inesperadas.

É perceptível que a educação atual, com as alterações promovidas pela BNCC, visa desenvolver habilidades e preparar o estudante para enfrentar desafios após o término da escolaridade. Nesse contexto, Laval (2004, p. 23) discorre sobre as mudanças educacionais atuais em relação às anteriores:

A escola muda seu sentido: ela não é mais o local de assimilação e de presença frequente das grandes narrações que forjam caracteres estáveis para situações sociais bem definidas; ela é lugar de formação de caracteres adaptáveis às variações existenciais e profissionais em movimento incessante.

A educação, portanto, se transformou e deixou de exercer seu papel como no modelo passado. Laval (2004) lembra que, anteriormente, a educação considerava a participação de uma “essência universal do ser humano”. Hoje, essa essência foi substituída por padrões que consideram critérios como “eficácia, mobilidade e interesse”, adaptados aos interesses das grandes instituições. Assim, a educação passa a ser uma formadora de capital humano para o mercado de trabalho.

Laval (2004) também discute que, no passado, a riqueza de um país era medida pelas suas riquezas naturais; atualmente, ela é substituída pela capacidade intelectual, ou seja, a inteligência humana. Para atender ao modelo econômico atual, os currículos escolares restringiram conteúdos e passaram a valorizar mais as habilidades e competências, visando adequar-se às necessidades empresariais.

É essencial perceber que a educação formal tem um papel de destaque na formação do capital humano. Esse conceito, focado no sistema capitalista, é cada vez mais evidenciado e, mesmo fora do contexto escolar, continua sendo valorizado nas instituições e empresas. O conceito de capital humano possui diversas definições. Segundo Laval (2004, p. 25), ele se destaca como “[...] estoque de conhecimentos valorizáveis economicamente e incorporados aos indivíduos”, uma perspectiva que enriquece o indivíduo

Adotando uma visão individualista, Gary Becker observa que “o capital humano é um bem privado que proporciona remuneração ao indivíduo que o possui” (LAVALL, 2004, p. 27). Essa perspectiva é mais próxima do indivíduo com capacidades econômicas favoráveis.

No contexto das transformações econômicas e sociais que marcaram o final do século XX, a visão de Libâneo e Freitas (2018) sobre o capital humano revela a profunda interconexão entre educação e economia sob a égide do neoliberalismo. Com o surgimento desse modelo econômico, a educação deixou de ser um elemento secundário nas políticas públicas para se tornar um pilar central na formação do capital humano, ou seja, do conjunto de habilidades e competências que os indivíduos trazem para o mercado de trabalho. Deste modo, os objetivos educacionais passaram a ser moldados por demandas do capitalismo, enfatizando a importância da formação profissional como um meio de atender

às exigências de uma economia cada vez mais competitiva e globalizada.

O aparecimento do neoliberalismo como principal forma de organização econômica e política foi decisivo para que novas proposições fossem realizadas para a educação em todo mundo. Tratou-se, de fato, de uma adequação dos objetivos educacionais aos objetivos econômicos capitalistas de cunho neoliberal. A educação, que pouco destaque tinha recebido no cenário econômico dos anos 1960 e 1970, torna-se, a partir dos anos 1980, fundamental na produção de capital humano. (LIBÂNEO; FREITAS, 2018, p. 300).

As visões dos autores relatados sobre capital humano destacam uma valorização substancial da educação, com o objetivo de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho. A educação não formal varia entre indivíduos e classes sociais, enquanto a educação formal oferece oportunidades para que cada pessoa adquira conhecimentos de maneira única, contribuindo para o desenvolvimento de competências específicas.

O estudo sobre os diferentes tipos de custo-benefício e as variações no investimento em educação evidencia desempenhos distintos entre os estudantes, conforme exposto por Laval (2004, p. 28) “os estudantes mais dotados têm interesse em prosseguir seus estudos porque o investimento é, nesse caso, muito rentável, enquanto os menos dotados têm mais interesse em abandonar seus estudos e entrar mais rápido na vida profissional”.

Os estudantes que continuam os estudos geralmente são mais capacitados ao longo de sua trajetória, desenvolvendo habilidades e acumulando conhecimentos com mais facilidade. Esses alunos são motivados a serem protagonistas e empreendedores. No entanto, uma parcela com menor potencial e condições econômicas menores, necessitam de uma

demanda maior de esforços para concluir o Ensino Médio e, posteriormente, tentar obter diplomas de nível superior.

Em relação aos efeitos da educação, Laval (2004, p. 28) salienta que há uma “produção das desigualdades entre aqueles que dela mais se beneficiam, os chefes, e aqueles que dela menos se aproveitam, os assalariados de execução”. Portanto, a educação tem o papel fundamental de trabalhar com equidade e amenizar a diferença social. No entanto, seus anseios são subordinados pelo sistema econômico, que influencia com suas políticas públicas e finalidades educativas, direcionando-as para a função neoliberal e, desse modo, favorecendo a formação dos estudantes para o mercado de trabalho no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscou-se demonstrar como o neoliberalismo influencia a educação para o atendimento das demandas do mercado brasileiro. Observa-se que o indivíduo na escola é preparado de acordo com as necessidades específicas exigidas pelas políticas públicas que orientam e definem os objetivos educacionais, muitas vezes impostas por instituições internacionais. Ao analisar o sistema econômico atual, fica evidente a necessidade de trabalhadores aptos ao mercado e, com base nisso, é implementada uma política educacional voltada para preparar esse sujeito. Isso faz com que se acredite ser necessário ser competitivo e buscar seu lugar para merecer conquistas.

Analisando a influência do neoliberalismo na educação pública do Brasil, observa-se como um específico emblemático para o campo educacional, em que os princípios neoliberais inserem uma ideologia expressa por meio de documentos, tentando moldar o pensamento humano de acordo com seus interesses. Do ponto de vista neoliberal, os sistemas

educacionais ocupam um espaço na sociedade que reflete a preocupação do mercado econômico no país, promovendo uma abordagem educacional que prioriza a formação de indivíduos aptos a atender às demandas do mercado e a se adaptarem.

Nesse sentido, é fundamental também analisar que as políticas educacionais de acesso ao ensino no Brasil trazem currículos escolares adaptados às exigências neoliberais, como visto em Goiás no contexto do Novo Ensino Médio, em que os currículos são menos centrados em conteúdo e mais focados no desenvolvimento de habilidades. Esse documento inclui mais horas de estudo e conta com o suporte de Itinerários Formativos, que permitem aos estudantes escolher áreas de conhecimento específicas.

Nessa perspectiva, é importante lembrar das políticas públicas do Brasil voltadas para a educação, que contribuem para promover ideias neoliberais. Isso reflete uma realidade contraditória, em que o campo educacional desempenha um papel significativo na organização social, inserindo o indivíduo como responsável pelo seu próprio sucesso e conquista. Observa-se que tudo isso é levado em conta na adaptação das atividades educativas às novas demandas contemporâneas do capital humano.

Diante da problemática apresentada, percebe-se que a educação pública do Brasil está sob a influência neoliberal, pois está vinculada à valorização do capital humano. As políticas educacionais do país estão enfatizando valores como habilidades e conhecimento que definem o capital humano, promovendo um conjunto de ações que valorizam o modelo econômico, preparando os estudantes das escolas públicas para atender às demandas do mercado brasileiro.

Contudo, é necessário refletir que a educação formal tem o papel de proporcionar conhecimento de forma igualitária para todos, motivando o acesso aos conteúdos necessários para que os estudantes possam alcançar seus objetivos, além de estimular o pensamento crítico, a participação e a autonomia na escolha de seus propósitos, sem serem moldados e valorizados apenas como capital humano de acordo com as exigências do mercado.

Levando tudo isso em consideração, conclui-se que a ideologia neoliberal discursa sobre a busca pela qualidade na educação, mas na prática visa ao crescimento da economia e ao fortalecimento do mercado de trabalho, mantendo a desigualdade social e a mão de obra barata, adaptada às necessidades exigidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação [...]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 16 out. 2022.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **FNDE publica Edital do PNLD 2021 para aquisição de obras didáticas e literárias para o ensino médio**. Brasília, 27 set. 2019. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/13231-fnde-publica-edital-do-pnld-2021-para-aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-obras-did%C3%A1ticas-e-liter%C3%A1rias-para-o-ensino-m%C3%A9dio>. Acesso em: 15 nov 2022.

_____. Ministério da Educação. **Estratégia do Ministério para o Ensino Médio**. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/13560-estrategia-do-ministerio-para-o-ensino-medio>. Acesso em: 17 nov. 2022.

GOIÁS. **Documento Curricular de Goiás para etapa Ensino Médio**. Goiânia: Secretaria do Estado da Educação de Goiás, 2021a.

_____. **Resolução CEE/CP nº 07/2021, de 08 de outubro de 2021b**. Estabelece normas para oferta do Ensino Médio no âmbito do Sistema Educativo do Estado de Goiás com vistas à implementação da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e aprova o Documento Curricular para Goiás - Etapa Ensino Médio. Disponível em: <https://www.cee.go.gov.br/files/confira-a-resolucao-do-ceedgo-que-aprova-o-dcgo-etapa-ensino-medio.pdf>. Acesso em: 16 out. 2022.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018.

GONÇALVES, S. R. V. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145, jan./jun. 2017.

INSTITUTO UNIBANCO. **Programa Jovem de futuro comemora 10 anos em Goiás**. 2022. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/programa-jovem-de-futuro-comemora-10-anos-em-goias/>. Acesso em: 15 nov 2022.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Planeta, 2004.

LIBÂNEO, J. C.; FREITAS, R. A. M. M. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. 1. ed. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018.

LIBÂNEO, J. C. Finalidades educativas escolares em disputa, currículo e didática. In: LIBÂNEO, J. C. *et. al.* **Em defesa do direito à educação escolar: didática, currículo e políticas educacionais em debate**. Goiânia: Ceped/Gráfica UFG, p. 33-57, 2019.

LIMA, C. L. F. **Organizações internacionais:** teoria geral. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Internacional. Cláudio Finkelstein, Clarisse Laupman Ferraz Lima (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/498/edicao-1/organizacoes-internacionais:-teoria-geral>. Acesso em: 13 nov. 2022.

MANKIWI, N. G. **Introdução à economia.** Allan Vidigal Hastings, Elisete Paes e Lima, Ez2 Translate. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. *In:* GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

MENEZES, E. T. **Verbete Conferência de Jomtien.** Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/conferencia-de-jomtien/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. **Os sentidos da democracia:** políticas do dissenso e hegemonia global. São Paulo: Editora Vozes, 1999.

SILVA, M. A. O consenso de washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**, Universidade de Brasília Brasília, v. 11, n. 21, p. 255-264, jan./jun. 2005.

SIMÕES, R. A. **A ação criminosa das ONGs:** a privatização da escola pública. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos. **Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.